

Moacir Werneck  
de Castro \*

A economia é assunto sério demais para ser deixado nas mãos dos economistas. Está um tanto batida essa adaptação da famosa frase sobre a guerra e os generais, mas tem plena aplicação aqui e agora.

A estatística do IBGE divulgada esta semana nos traz um terrível alerta. No Brasil, no ano passado, 10% dos mais ricos detinham mais de metade da riqueza nacional (53,2%), enquanto aos 20% mais pobres cabia apenas 0,6%. Cifras vergonhosas, ainda piores do que as registradas pouco antes num relatório do Banco Mundial.

Um quadro desses, de tão tremendo contraste entre opulência e miséria, não pode ser administrado por algumas receitas fabricadas nos laboratórios metropolitanos. É tarefa para políticos representativos da consciência nacional. Os economistas são técnicos muito úteis para assessorar, mas sob comando político. Um ministro da Fazenda ou da Economia deve ser uma cabeça política. Algumas pessoas têm dito isto, entre elas o

experiente Ulysses Guimarães, mas pregam no deserto.

Pode-se alegar que não é este o caso do Brasil atual, porque, se a ministra Zélia e sua equipe são economistas, o comando político está nas mãos atléticas do presidente da República. É ele, orgulhosamente, quem decide tudo, e por tudo responde. Acontece que esse presidente é um político estranho. Homem autoritário, dominado por certezas fundamentalistas, incapaz de desconfiar por um minuto sequer de que esteja errado — “em hipótese alguma”, como diz. Cheio de soberba, não vê o “outro”, não abre espaço ao diálogo e à compreensão mútua.

Zélia e equipe, além do mais, sofrem em consequência da limitação fatídica inerente a esse comando imprevisível. Não está em causa a capacidade da ministra. Zélia é inexperienced no campo da política, como em outros campos. Basta ver como abriu a guarda, absurdamente, nos seus assuntos sentimentais, dando a deixa para uma perseguição da mídia, que chegou à malvadeza. O caso é que Zélia e equipe, tendo traçado um plano econômico com certo sentido positivo, se perderam nos redemoinhos

da política. E, se antes eram embevecidos pelo chefe, com o tempo ficaram pior: enfeitiçados.

Precisariamos de uma análise científica sobre as falácias dos economistas do poder. Que segurança sem desconfiômetro, que logorreia convencida, que frieza antártica diante dos dramas do povo! O Antônio Kândir, por exemplo. É um rapaz inteligente, sem dúvida, mas como se deleita com as próprias palavras! Parece sempre estar dando uma aula. O ouvinte, para ele, é um *receiver* de economês, não pertence à categoria dos seres humanos. (O único progresso real de Kândir é que ultimamente está menos triunfalista.)

O Ibrahim Eris é do gênero desafiador. Faz-se fotografar como *boss*, os sapatos em cima da mesa. E dispara a pergunta que supõe esmagadora: A alternativa, cadê a alternativa? Ora, a alternativa (das oposições) está contida exatamente naquilo de que o governo não quer saber: a crítica. Não assumiu ainda a feição de um corpo único de propostas e medidas, mas essa síntese está em ativa elaboração. Das assembleias comunitárias até o Congresso Nacional, emerge um balanço crítico que é tanto mais

preciso quanto mais o Plano Collor faz água, em meio a uma confusão para nenhum Sarney botar defeito.

O Eduardo Teixeira participa da mesma autoconfiança, bafejada pelos efúvios do chefe. Quando assumiu a Petrobrás, na esteira de um escândalo, cuja sujeira foi varrida para baixo do tapete, esse jovem estarteceu a nação ao proclamar caduco o monopólio estatal do petróleo — um princípio que, mal ou bem, tem significação histórica como símbolo alimentador do sonho nacional de emancipação econômica.

E a política salarial? Para os tecnocratas, ela se enquadra numa premissa imexível: o governo não quer, porque não quer, a indexação. Tudo está indexado, do BTN aos preços dos supermercados (Onde ficou aquele carrinho do presidente?); mas salários e aposentadorias, nunca! Então, tentando driblar o ditatorialismo de um governo que se diz antiintervencionista, Meneghelli-CUT e Amato-Fiesp, embora de cara amarrada um para o outro, se reúnem para procurar saídas. E o ministro da Justiça, intermediário de nada, protela a reunião do “entendimento social”, coisa que todo mundo sabe que nunca vai funcionar, pelo menos

nas bases propostas, com os trabalhadores mais uma vez cortando na própria carne.

Nesse meio tempo, governo e empresários brigam, e ambos se mimoseiam com xingamentos tão ferozes quanto procedentes. Uma acentuada alteração, nestes dias, da atitude dos meios de comunicação, em relação ao poder, reflete o clima de alarma do empresariado diante da onda crescente de concordatas e falências (embora alguns continuem faturando alto).

A equipe econômica do governo falta, no mínimo, modéstia; e muitas vezes ela se tem revelado claramente inexperienced. Seu monolitismo inabordable, aliado ao voluntarismo do chefe, concorre para deixar o país mais agoniado ainda. Com o declínio das certezas imperiais sobre a derrota da inflação por um golpe de caratê, surgiu no povo um estado de ânimo de consequências imprevisíveis.

Enquanto isto, o embaixador Jório Dauster, negociador que tem sabido explicar com razoável clareza os problemas da dívida externa, adia o encontro com os credores, à espera do chefe. Este é o problema decisivo. De olho no balanço de dezembro, os bondosos banqueiros internacionais que-

rem uns 2 bilhões de dólares. As pressões recebidas pelo presidente Collor em Tóquio (o folclórico vice-presidente dos EUA, Dan Quayle, lhe teria dito de cara que a proposta brasileira “não é séria”) prenunciam a faca nos peitos. E, ainda por cima, temos aí a crise do Golfo, onde Bush, desacreditado perante seu próprio povo, quer a guerra... Mas Collor, impávido, reclama para o Brasil um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; parece que não somente quer reeleger-se aqui, como chegar a presidente do (Primeiro) Mundo...

Estamos em maus lençóis. Ninguém sabe de ciência certa o que que vai acontecer. *Quo vadis, Brasília?*

P.S. — Está indo para as livrarias o meu livro *A ponte dos suspiros* (editora Rocco). É uma coletânea de artigos, quase todos publicados no **JORNAL DO BRASIL**, a partir de 1985, e reunidos em núcleos temáticos: o país, o mundo, a cidade, letras e imagens, história, evocações. Atendendo a perguntas que me têm sido feitas, devo informar que não haverá noite de autógrafos. Acho um tanto constrangedor esse ritual festeiro.